



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CIFORM
identificação: CADERNO 1 / 7
Data: 24 a 30/12/2012

“Ministério Público é completamente contra verba de subvenção”

■ Na semana passada, o **Cinform** publicou a série “Grandes Reportagens” sobre o uso da verba de subvenção por parte dos deputados estaduais, desvendando, assim, a caixa-preta da Assembleia Legislativa de Sergipe, totalmente alheia a qualquer intenção de transparência no que se refere ao uso do dinheiro público. Diante da grande repercussão da série, o procurador-geral do **Ministério Público do Estado de Sergipe, Orlando Rochadel**, falou sobre o assunto, com exclusividade a esta reportagem.

Enfático, ele ressaltou que investigará caso por caso as Organizações Não Governamentais- ONGs - apontadas como suspeitas pelo Cinform. E acrescentou ainda que, em 2013, a questão das tais verbas de subvenções será solucionada, de uma vez por todas. “O nosso papel é fiscalizar, entrar com as ações, investigar, conversar, dialogar. Agora, há uma coisa

que eu quero dizer: “Nós dialogamos, fazemos compromisso de ajustamento, mas não dialogamos com corrupção. Se alguém desviou dinheiro, será processado cível e criminalmente, não tenha dúvidas quanto a isso”, disse. Confira as medidas pontuadas por ele na entrevista.

Cinform - Com que olhar o Ministério Público de Sergipe viu o caderno Grandes Reportagens sobre as verbas de subvenções da Assembleia Legislativa?

Orlando Rochadel - As denúncias são graves e merecem um aprofundamento da parte do Ministério Público. E nós já temos um grupo de promotores, das Promotorias do Patrimônio Público e do Terceiro Setor, investigando essa questão das subvenções. Temos várias ações em andamento. Mas quero deixar claro, em relação à reportagem do **Cinform** que, para cada caso daqueles ali pontuados, o

Ministério Público vai instaurar um procedimento e apurar todos eles.

Cinform - O senhor vê indícios de inconstitucionalidade nas tais verbas?

OR - Sobre o repasse de recursos por meio da Assembleia Legislativa de Sergipe, nós ingressamos com uma ação há mais de 10 anos, para que esse repasse fosse considerado inconstitucional. Essa ação está no Poder Judiciário. E, após o recesso, vamos pedir uma celeridade maior do Poder Judiciário que, certamente, saberá dar uma resposta judicial para essas demandas que foram levadas pelo Ministério Público. Mas nós entendemos que existe, sim, a probabilidade de que recursos não estejam sendo aplicados adequadamente. E isso nós vamos constatar com uma investigação. A ação do MP que está em trâmite na Justiça trata exatamente dessa questão.